



7ª Semana Justiça pela Paz em Casa



PODER JUDICIÁRIO

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Carlos Augusto de Barros Levenhagen
Bruno Ronchetti de Castro
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Gustavo Tadeu Alkmin
Carlos Eduardo Oliveira Dias
Rogério José Bento Soares do Nascimento
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
Luiz Cláudio Silva Allemand
José Norberto Lopes
Henrique de Almeida Ávila
Maria Tereza Uille Gomes

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretora-Geral: Julhiana Miranda Melhoh Almeida

EXPEDIENTE

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva Maria Tereza Aina Sadek
Diretora de Projetos Fabiana Luci de Oliveira
Diretora Técnica Gabriela de Azevedo Soares
Pesquisadores Igor Stemler
Danielly Queirós
Lucas Delgado
Rondon de Andrade
Estatísticos Filipe Pereira
Davi Borges
Jaqueline Barbão
Apoio à Pesquisa Pâmela Tieme Aoyama
Pedro Amorim
Ricardo Marques
Thatiane Rosa
Projeto gráfico Ricardo Marques

2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, Brasília-DF

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

1. JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA	5
1.1. DECISÕES – SÉTIMA SEMANA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”	5
1.2. AUDIÊNCIAS E ANDAMENTOS – SÉTIMA SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA.....	8
1.3. COMPARATIVO ENTRE AS SEMANAS JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA	10
REFERÊNCIAS	11

1. SÉTIMA SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

A ministra Cármen Lúcia instituiu, em 2015, em parceria com os presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, o programa “Justiça pela Paz em Casa” – um esforço concentrado, ao longo de três semanas do ano, para o julgamento de ações relativas a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em março de 2015 foi realizada a primeira campanha e em março de 2017 chegou-se à **Sétima Semana**. Com a edição da Portaria CNJ n. 15, a Semana Justiça pela Paz em Casa foi incorporada à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá ocorrer continuamente.

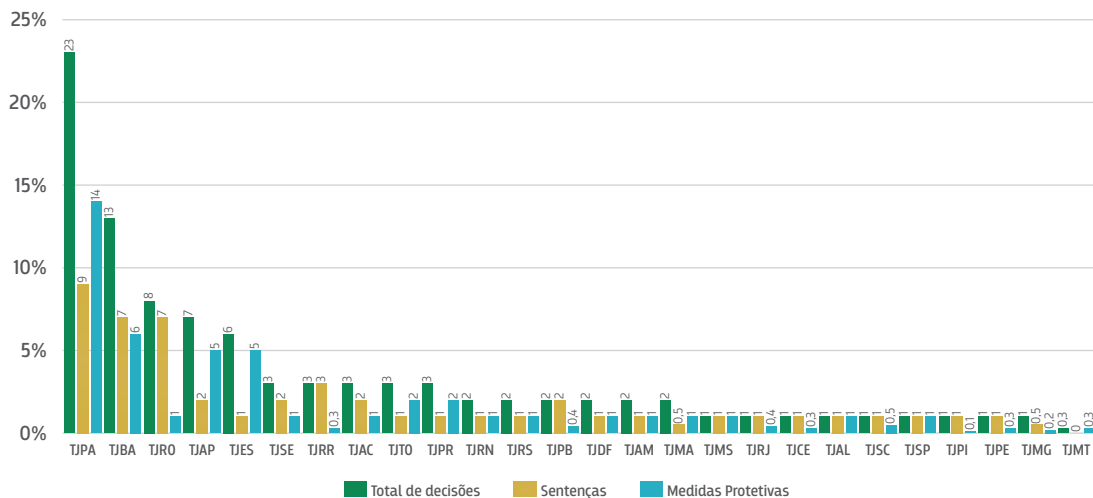
Apresentamos aqui o balanço da Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa, realizada em março de 2017, trazendo, também, comparativo da movimentação das sete semanas já realizadas no país.

1.1. DECISÕES – SÉTIMA SEMANA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”

Considerando a quantidade de sentenças (com e sem mérito) proferidas, júris realizados e medidas protetivas concedidas, observa-se que os resultados da Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa impactaram significativamente na prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Somando essas diversas ações (nomeadas no Gráfico 1 como total de decisões) e levando em conta o quantitativo de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher em andamento quando da realização da Semana, é possível estimar que 2% dos processos tiveram algum tipo de decisão, considerando sentenças, júris ou medidas protetivas.

Os resultados dessa semana se fizeram sentir mais intensamente no TJPA, que registrou o maior impacto, ou seja, proferiu número maior de sentenças, realizou maior quantidade de júris ou concedeu maior quantidade de medidas protetivas ao todo, proporcionalmente ao número de processos em trâmite no tribunal: a quantidade de decisões proferidas ou júris realizados representou 23% do total de processos em trâmite. Na sequência vieram o TJBA, com impacto expressivo de 13% do total de processos, e o TJRO (8%) e o TJAP (7%). Já o TJMT foi o que obteve o menor impacto relativo. Lembrando que o TJGO não realizou a sétima semana, por isso não está contemplado nos dados (Gráfico 1 e Tabela 1).

Gráfico 1 – Proporção de decisões na Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa, em relação ao total de processos em andamento, de acordo com o porte dos tribunais



Fonte: Informação prestada pelos Tribunais – Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa

Em números absolutos foram 10.591 medidas protetivas (sendo 1.908 no TJRS, 1.521 no TJBA e 1.432 no TJPA); 7.352 sentenças com mérito (1.650 no TJBA, 892 no TJMG e 753 no TJRJ); 4.027 sentenças sem mérito (607 no TJRS, 552 no TJRJ e 546 no TJPA) e 48 júris (sendo 19 no TJSP, 7 no TJAM e 4 nos TJMG e TJRJ, respectivamente).

Tabela 1 – Número de decisões por tipo e por tribunal, em março de 2017

Tribunal	Qtd. sentenças com mérito	Qtd. sentenças sem mérito	Qtd. medidas protetivas	Qtd. de júris
TJBA	1.650	88	1.521	0
TJMG	892	207	543	4
TJRJ	753	552	502	4
TJSP	573	321	923	19
TJRS	569	607	1.908	1
TJAM	368	50	175	7
TJPA	345	546	1.432	1
TJSC	314	9	221	0
TJPE	236	178	158	3
TJMS	228	20	155	0
TJPR	215	320	1.066	2
TJDF	200	78	287	1
TJPI	164	20	23	0
TJPB	162	66	45	0
TJRR	142	62	22	1
TJRO	133	252	83	0
TJRN	124	110	161	0
TJSE	81	29	34	0
TJAP	43	13	170	3
TJMA	41	69	259	0
TJTO	37	18	78	0
TJAL	32	22	40	0
TJES	25	57	495	2
TJMT	16	2	183	0
TJAC	9	84	42	0
TJCE	0	247	65	0
Total	7.352	4.027	10.591	48

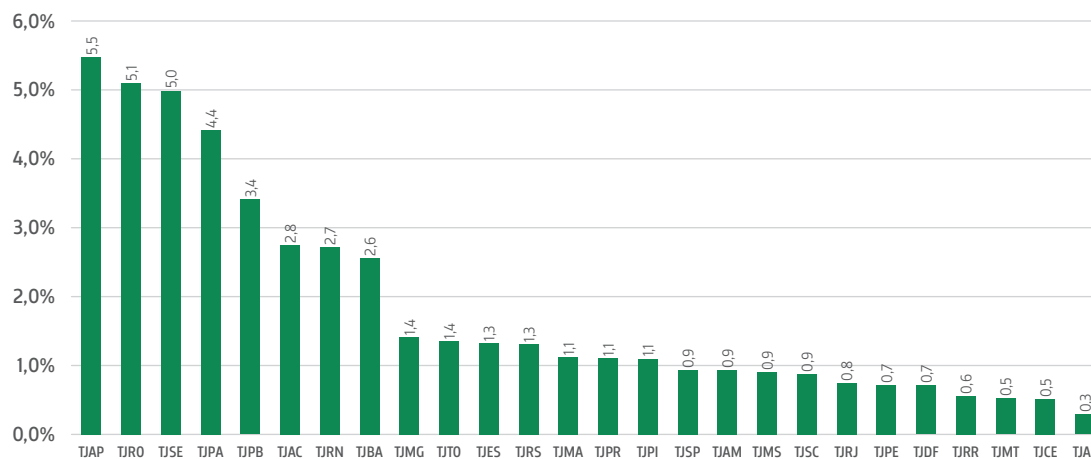
Fonte: Informação prestada pelos Tribunais – Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa

1.2. AUDIÊNCIAS E ANDAMENTOS – SÉTIMA SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

A **Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa** contabilizou o total de 8.191 audiências de instrução e 5.265 audiências preliminares, além de 35.384 despachos diversos. Dessa forma, deu andamento a 4% do volume total de processos de violência doméstica e familiar contra a mulher em tramitação no país.

Os tribunais que, proporcionalmente ao número de processos em andamento, realizaram mais audiências (de instrução e preliminares) foram o TJAP, o TJRO, o TJSE e o TJPA. Já em números absolutos, a maior quantidade de audiências foi realizada pelo TJMG, seguido pelo TJRS e TJSP. O TJAL foi o tribunal que obteve o menor resultado positivo no andamento dos processos em trâmite, de acordo com a quantidade de audiências realizadas (Gráfico 2 – Percentual de audiências na Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa, em relação ao total de processo em andamento, de acordo com o porte dos tribunais, em 2017).

Gráfico 2 – Percentual de audiências na Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa, em relação ao total de processo em andamento, de acordo com o porte dos tribunais, em 2017



Fonte: Informação prestada pelos Tribunais – Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa

Tabela 2 – Número de audiências e despachos, por tribunal, em março de 2017

Tribunal	Qtd. audiências de instrução	Qtd. audiências preliminares	Qtd. despachos
TJMG	2.260	933	7.251
TJRS	984	723	5.269
TJSP	864	539	5.249
TJRJ	470	498	2.687
TJPR	410	297	1.932
TJPE	348	69	722
TJPB	312	97	318
TJSC	253	140	860
TJMT	237	135	1.227
TJAM	236	73	1.252
TJMS	224	27	515
TJRO	198	87	355
TJPA	197	241	1.289
TJDF	172	10	715
TJRN	160	271	406
TJMA	160	88	582
TJBA	134	510	3.463
TJSE	122	110	376
TJPI	112	78	122
TJAP	111	59	75
TJES	93	34	406
TJCE	50	66	94
TJTO	29	38	66
TJAC	22	113	27
TJAL	19	1	77
TJRR	14	28	49
Total	8.191	5.265	35.384

Fonte: Informação prestada pelos Tribunais – Sétima Semana Justiça pela Paz em Casa

1.3. COMPARATIVO ENTRE AS SEMANAS “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”

Ao longo de sete semanas entre março de 2015 e março de 2017 os esforços concentrados da Semana Justiça pela Paz em Casa possibilitaram dar maior celeridade à prestação jurisdicional nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Foram 80.854 sentenças proferidas, 44.772 medidas protetivas concedidas e 710 júris realizados, além de 102.136 audiências.

Quadro resumo das Semanas “Justiça Pela Paz em Casa”

Semana	Qtd. audiências	Qtd. júris	Qtd. medidas protetivas	Qtd. sentenças	Qtd. processos em andamento
1	17.113	146	5.281	10.590	749.261
2	17.448	158	-	10.167	1.194.394
3	14.435	101	5.614	11.216	1.120.999
4	12.580	77	9.254	10.394	1.154.677
5	14.705	67	5.956	14.465	903.859
6	12.399	113	8.026	12.643	1.022.889
7	13.456	48	10.591	11.379	1.131.996
Totais	102.017	710	44.677	80.833	-

A análise do impacto que os andamentos realizados (audiências e despachos) e as decisões proferidas nas semanas (medida protetiva, sentenças e júris) tiveram no total de processos em andamento é aproximada, uma vez que um mesmo processo pode ter tido mais de um andamento, e mais ainda, por não haver dados completos para todos os tribunais – na segunda semana não foram contabilizadas as medidas protetivas concedidas; na terceira semana o TJAM não participou e na sétima semana o TJGO não tomou parte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria CNJ n. 15**, de 8 de março de 2017. Institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/03/48676a321d03656e5e3a4f0aa3519e62.pdf>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Justiça em Números 2016** (ano-base 2015). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/10/b8f46be3dbb344931a933579915488.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

www.cnj.jus.br